



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27900 - MT (2021/0212604-0)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
IMPETRANTE : DAIANE MENDES DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO : PAULO VITOR LIMA RIBEIRO - MT023387
IMPETRADO : INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por DAIANE MENDES DOS SANTOS SILVA contra ato praticado por INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, que impossibilitou à impetrante anexar os documentos necessários ao seu processo administrativo para o programa REVALIDA.

Informa que o Revalida é um processo que ocorre apenas uma vez a cada ano, e se a autora não conseguir realizar a prova "no dia 6/12/2020, terá que esperar mais um ano até que outra prova seja aplicada". Dessa forma, entende como presente o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

Requer "a concessão do pedido de tutela provisória de urgência, com o fim de homologar a inscrição da Autora, determinando ao Réu que permita a participação da Autora no Exame Revalida, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), ou, não havendo tempo hábil para a apreciação deste pedido, que Vossa Excelência determine que seja aplicada nova prova no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, também sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais)".

É, no essencial, o relatório. Decido.

O art. 105, I, *b*, da Constituição Federal estabelece que o Superior Tribunal de Justiça é competente para processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança impetrados contra ato de ministro de Estado, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

Inexistindo ato concreto atribuído às autoridades descritas no artigo supramencionado, inequívoca a incompetência desta Corte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 212 do RISTJ, indefiro liminarmente este mandado de segurança em face da incompetência absoluta do Superior

Tribunal de Justiça.

Sem condenação em honorários (Súmula n. 105 do STJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente